Sumário

Nota prévia à 2ª edição 13

PRIMEIRA PARTE: Teoria Geral dos Recursos Cíveis

1. Atos do Juiz 15
   1.1. Os pronunciamentos do juiz e o art. 162, CPC 15
   1.2. Requisitos essenciais da sentença 20
   1.3. Sentenças definitivas e meramente terminativas 22
   1.4. Classificação das sentenças 23
   1.5. Vícios da sentença 25
2. Coisa Julgada 27
   2.1. Fundamentos do instituto 27
   2.2. Coisa julgada formal e coisa julgada material 28
   2.3. Limites objetivos e subjetivos 29
   2.4. Limites temporais 30
   2.5. Preclusão expansiva do julgado (art. 474, CPC) 34
   2.6. Relativização da coisa julgada 35
3. O Recurso dentro do sistema constitucional brasileiro: conceito e compreensão 38
   3.1. A legitimação do provimento estatal através de seu controle 38
   3.2. Idéia de recurso e sua distinção frente a outros meios de controle das decisões . 41
   3.3. Classificação dos recursos 43
   3.4. Direito recursal intertemporal 44
4. Princípios dos Recursos 48
   4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição 49
   4.2. Princípio da taxatividade 54
   4.3. Princípio da unirrecorribilidade 57
   4.4. Princípio da fungibilidade 58
   4.5. Princípio da motivação 62
   4.6. Princípio da voluntariedade 65
   4.7. Princípio da consumação 67
   4.8. Proibição da *reformatio in pejus* 69
5. Dos Efeitos dos Recursos 70
   5.1. Abertura do procedimento recursal e o retardamento das preclusões 70
   5.2. Efeito devolutivo 71
   5.3. Efeito suspensivo 73
      5.3.1. Caracterização 73
      5.3.2. Requisitos e juízo de conveniência 74

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.3.3. O efeito ativo 75
5.4. A antecipação da tutela recursal 76
5.5. Efeito expansivo 78
5.6. Efeito translativo 79
5.7. Efeito substitutivo 82
6. Pressupostos de Admissibilidade dos Recursos 84
6.1. Questão preliminar: juízo de admissibilidade e juízo de mérito 84
6.2. Cabimento 85
6.3. Legitimidade 86
6.4. Interesse 88
6.5. Inexistência de fatos extintivos ou impeditivos 90
6.5.1. Renúncia 90
6.5.2. Aquiescência 91
6.5.3. Desistência 92
6.5.4. Adimplemento de multas 92
6.6. Tempestividade 92
6.6.1. Intimação de atos processuais via internet 94
6.6.2. Aplicação do art. 191, CPC 96
6.6.3. A polêmica tese da intempestividade do recurso prematuro 98
6.6.4. O prazo dobrado do Ministério Público e da Fazenda Pública consoante o sentido normativo do art. 188, CPC 102
6.6.5. Intimação do Ministério Público 105
6.6.6. O cômputo da tempestividade quando da interposição via fac-símile 107
6.6.7. A intimação na pessoa do estagiário 108
6.7. Adequada motivação 110
6.8. Preparo 112
6.9. Regularidade formal 115

SEGUNDA PARTE: Recursos Ordinários

1. Apelação 117
1.1. Cabimento 117
1.2. Procedimento em primeiro grau de jurisdição 121
1.3. Inadmissibilidade do recurso frente sentenças em conformidade com enunciados sumulares do STJ e STF (art. 518, § 1º, CPC) 122
1.4. Particularidades da apelação contra a sentença liminar 125
1.4.1. Indeferimento da petição inicial 125
1.4.2. Julgamento liminar de improcedência (art. 285-A) 126
1.5. Efeitos da apelação 131
1.5.1. O efeito suspensivo entre o processo civil individual e coletivo 131
1.5.2. Tendência quanto à manutenção do efeito suspensivo como regra geral . 136
1.5.3. Efeito devolutivo do recurso 138
1.6. Do procedimento perante o segundo grau de jurisdição 141
1.6.1. Poderes do relator no julgamento do recurso 141
1.6.2. Particularidades quanto ao adimplemento da multa pela Fazenda Pública 145
1.6.3. Da aplicação do § 3º do art. 515 146
1.6.4. Da sanação de nulidades através de diligências prévias ao julgamento .. 152
1.7. O veto à inovação em sede recursal 153

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. Agravo 156
2.1. Cabimento 156
2.2. Agravo via instrumento 158
2.2.1. Dos documentos que devem acompanhar o agravo 159
2.2.2. Poderes do relator 162
2.2.3. Da irrecorribilidade da decisão que converte o instrumento em retido ou que atribui efeito suspensivo e antecipa tutela recursal (art. 527, parágrafo único, CPC) 163
2.2.4. Da avaliação do risco de dano grave e de difícil reparação 165
2.2.5. Juízo de retratação e a exegese do art. 526, CPC 166
2.2.6. A interposição via correio (art. 525, § 2º, CPC) 167
2.3. Procedimento do agravo retido 168
3. Embargos Infringentes 172
3.1. Do cabimento e pressupostos 172
3.2. Extensão do efeito devolutivo 175
3.3. Do procedimento 177
3.4. Sobrestamento do prazo para o especial e extraordinário 177
3.5. Cabimento dos infringentes contra acórdãos proferidos em agravo de instrumento 179
4. Embargos de declaração 181
4.1. Natureza e finalidade dos embargos de declaração 181
4.2. Cabimento contra sentenças e interlocutórias? 183
4.3. Os três fundamentos do Código de Processo Civil 184
4.4. Pedido de reconsideração 186
4.5. Procedimento 187
4.6. Efeito suspensivo 189
4.7. Efeito interruptivo 190
4.8. Coibição do intuito protelatório através da aplicação de multa 191
4.9. Embargos prequestionadores 192
4.10. Efeitos modificativos e a garantia do contraditório 194

TERCEIRA PARTE - Dos Recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça

1. Sobre a Nomenclatura "Recursos Extraordinários" 199
2. Dos Pressupostos Específicos de Admissibilidade 202
2.1. Prequestionamento 202
2.2. Causa definitivamente julgada 204
3. Características Comuns 208
3.1. Procedimento: subida imediata 208
3.2. Processamento do recurso na forma retida 212
3.3. Ausência de efeito suspensivo 214
3.4. Extensão da Súmula 735 – STF e a recorribilidade das liminares 215
3.5. Vedação ao simples reexame de provas 218
4. Instrumentos Necessários ao Manejo dos Recursos Extraordinários 219
5. Recurso Extraordinário 220
5.1. Do Supremo Tribunal Federal 220
5.1.1. Da criação do Supremo 220
5.1.2. O Supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988 222

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2. A supremacia da Constituição e o recurso extraordinário 224
5.3. Cabimento do Recurso Extraordinário 227
5.3.1. Contrariedade a dispositivo da Constituição 227
5.3.2. Declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal 227
5.3.3. Declaração de validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição 229
5.3.4. Declaração de validade de lei local contestada em face de lei federal 230
5.4. Repercussão geral da questão ventilada 232
6. Recurso Especial 238
6.1. A criação do "Tribunal da Cidadania" 238
6.2. Recurso de fundamentação vinculada. Hipóteses de cabimento 240
6.2.1. Negativa de vigência ou contrariedade a tratado ou lei federal 242
6.2.2. Prevalência da lei federal frente a ato de governo local 244
6.2.3. Divergência jurisprudencial 244
7. Embargos de Divergência 248
7.1. Previsão legal e finalidade 248
7.2. Cabimento dos embargos contra decisões proferidas em agravo interno 250
7.3. Procedimento 254
7.3.1. Do procedimento perante o Superior Tribunal de Justiça 254
7.3.2. Do procedimento perante o Supremo Tribunal Federal 255
8. Recurso Ordinário 256

QUARTA PARTE: Institutos Afins

1. Reexame Necessário 259
1.1. Natureza jurídica 259
1.2. Argumentos favoráveis ao reexame 260
1.3. Argumentos contrários ao reexame 260
1.4. Previsão atual do reexame no direito brasileiro 262
1.5. Partes beneficiadas pelo reexame 263
1.6. Reexame em mandado de segurança e na ação popular 266
1.7. Procedimento 268
1.8. Reexame necessário e a vedação à *reformatio in pejus* 268
2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência 270
2.1. Da valorização da norma jurisprudencial 270
2.2. Da uniformização de jurisprudência no Código de Processo Civil 272
2.2.1. Limite da discussão: matéria de direito 273
2.2.2. Legitimidade para a suscitação 273
2.2.3. Princípio da motivação 274
2.3. Momento adequado para propositura 275
2.4. Procedimento 275
2.5. Particularidades no procedimento da uniformização 276
2.5.1. Obrigatoriedade ou conveniência da suscitação? 276
2.5.2. Extensão do incidente às ações de competência originária das Cortes ... 277
2.5.3. A prevenção da infringência segundo o art. 555, § 1º, CPC 277
3. Da Declaração Incidental de Inconstitucionalidade 280
3.1. A supremacia da Constituição e a declaração incidental de inconstitucionalidade 280
3.2. Previsão do incidente no Código de Processo Civil 281

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3. Efetivação do contraditório constitucional e a admissão do *amicus curiae* 285
4. Recurso Adesivo 286
4.1. A adesão recursal 286
4.2. Procedimento do adesivo 290
4.3. Recurso adesivo condicionado 291

ANEXO: Principais Enunciados da Súmula de Jurisprudência Dominante do STF e do STJ 293
1. Enunciados da Súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) 293
2. Enunciados da Súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ) 297

Referências bibliográficas 299

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br